

BOLETIM

DE CONJUNTURA INDUSTRIAL

DEZEMBRO 2012





BOLETIM

DE CONJUNTURA INDUSTRIAL

DEZEMBRO 2012

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI

Mauro Borges Lemos
Presidente

Maria Luisa Campos Machado Leal
Diretora

Otávio Silva Camargo
Diretor

Cândida Beatriz de Paula Oliveira
Chefe de Gabinete

Rogério Dias de Araújo
Coordenador

Carlos Henrique de Mello Silva
Técnico

Equipe Técnica

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI

Rogério Dias de Araújo – *Coordenador Inteligência Competitiva*

Carlos Henrique de Mello Silva – *Técnico*

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/Unicamp

Fernando Sarti – *Diretor*

Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia – NEIT/IE-Unicamp

Fernando Sarti – *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT-IE-UNICAMP*

Célio Hiratuka – *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT-IE-UNICAMP*

Adriana Marques da Cunha – *Coordenação Executiva*

Beatriz Freire Bertasso – *Coordenação de Informações*

Carolina Baltar – *Pesquisadora*

Fernanda Ultremare – *Pesquisadora*

Lídia Ruppert – *Pesquisadora*

Marcelo Loural – *Pesquisador*

Marco Antonio Martins da Rocha – *Pesquisador*

Anna Lígia Pozzetti de Abreu – *Auxiliar de pesquisa*

Marina Segura Zavatti – *Auxiliar de Pesquisa*

Murilo Batista – *Auxiliar de Pesquisa*

Vanessa Moraes Lugli – *Auxiliar de Pesquisa*

Diagramação

Caluh Assessoria e Comunicação

APRESENTAÇÃO

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi criada em dezembro de 2004 com a missão de promover a execução da Política Industrial do Brasil, em consonância com as políticas de Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia (Lei 11.080/2004). Seu principal foco encontra-se em programas e projetos estabelecidos pela política industrial brasileira. A Agência também é parte integrante do Grupo Executivo do Plano Brasil Maior, tendo como responsabilidade a articulação e a consolidação de seus programas e ações, bem como seu monitoramento.

Com o intuito de acompanhar a evolução da indústria brasileira, a ABDI desenvolve um conjunto de estudos e pesquisas de inteligência industrial que orienta seu trabalho e auxilia o governo brasileiro na definição e desenvolvimento de ações no âmbito da política industrial. Entre eles, o Boletim de Conjuntura Industrial que disponibiliza informações e análises sobre a evolução da indústria brasileira, destacando as principais dificuldades enfrentadas e as oportunidades de aceleração de seu desenvolvimento.

O Boletim de Conjuntura, com periodicidade trimestral, tem sido desenvolvido em parceria com o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Na primeira parte do Boletim, mostra-se o modesto crescimento da economia brasileira e a contração da formação bruta de capital fixo no terceiro trimestre de 2012. Confirma-se a importância da expansão do consumo das famílias e do governo para o comportamento positivo, embora tímido, da atividade econômica brasileira no período analisado. Observa-se, também, contração/estagnação da produção física industrial para todas as categorias de uso e para um amplo conjunto de subsetores industriais, além de desaceleração da geração de emprego industrial, no terceiro trimestre de 2012. No que diz respeito ao comércio externo brasileiro, man-

têm-se as dificuldades das exportações com a perda de dinamismo da demanda externa, apesar do câmbio favorável. Situação acompanhada, todavia, de arrefecimento do ímpeto das importações, reduzindo a pressão sobre a balança comercial.

A segunda parte do Boletim trata da evolução recente da formação bruta de capital fixo e da taxa de investimento no Brasil e no mundo. Ressalta-se que a média móvel em doze meses da taxa de investimento brasileira passou a apresentar uma trajetória descendente a partir do segundo trimestre de 2011. Chama-se atenção, contudo, para a desaceleração do crescimento das taxas de investimento de todas as regiões observadas pós-2010, levando à desaceleração da taxa de investimento mundial. Conclui-se que a persistência da crise nas economias avançadas dificulta as decisões privadas de investimento e o comprometimento dos gastos públicos com a demanda de infraestrutura ou a desoneração da produção.

Por fim, destaca-se que a formação bruta de capital fixo brasileira reagiu positivamente às medidas anticíclicas adotadas para enfrentar a crise mundial, mas não conseguiu manter sua trajetória de recuperação ao longo do tempo. Relaciona-se a queda da formação bruta de capital fixo no Brasil ao comportamento de um de seus componentes: a aquisição de máquinas e equipamentos. Nota-se que os produtores brasileiros de máquinas e equipamentos sofrem tanto com a contração da demanda do setor industrial como um todo quanto com a concorrência dos produtores estrangeiros que conseguem fornecer máquinas e equipamentos em condições mais favoráveis. O documento esclarece que o governo brasileiro tem procurado estimular a demanda, além de adotar diversas medidas destinadas ao fortalecimento da oferta de produtores locais de máquinas e equipamentos. Enfatiza-se a importância da manutenção de incentivos aos investimentos do setor real da economia para garantir o futuro crescimento da produção e do emprego no Brasil.

DESEMPENHO DA ECONOMIA E DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2012

A economia e a indústria brasileira apresentaram modesto crescimento no terceiro trimestre de 2012. O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado cresceu apenas 0,6% em relação ao segundo trimestre de 2012, em série livre de efeitos sazonais (Tabela 1). Houve elevação de 0,9% na comparação com o mesmo trimestre de 2011, indicando uma tímida aceleração do crescimento do produto bra-

sileiro com relação ao observado nos dois primeiros trimestres do ano corrente comparados a iguais períodos do ano passado. Por sua vez, o crescimento acumulado nos últimos quatro trimestres encerrados em setembro de 2012 contraiu-se para 0,9%, reafirmando a perda de dinamismo da economia brasileira que se tornou evidente na série de dados acumulados em 12 meses desde o quarto trimestre de 2010.

Tabela 1 – Taxa de Variação do PIB por Atividades e por Componentes da Demanda (II/2012 e III/2012) (em %)

	Taxa trimestral contra trimestre imediatamente anterior (*)		Taxa trimestral contra mesmo trimestre do ano anterior		Taxa acumulada nos últimos quatro trimestres	
	II/2012	III/2012	II/2012	III/2012	II/2012	III/2012
Agropecuária	6,8	2,5	1,7	3,6	1,5	0,8
Indústria	(1,8)	1,1	(2,4)	(1,0)	(0,4)	(0,9)
Extrativa Mineral	-	-	(1,8)	(2,8)	1,7	0,3
Transformação	-	-	(5,3)	(1,8)	(2,9)	(3,2)
Construção Civil	-	-	1,5	1,2	2,9	2,3
Eletricidade, gás e água	-	-	4,3	2,1	3,7	3,3
Serviços	0,5	0,0	1,5	1,4	1,6	1,5
PIB a preço básico	0,3	0,5	0,4	0,8	1,1	0,8
PIB a preços de mercado	0,2	0,6	0,5	0,9	1,2	0,9
Despesa de consumo das famílias	0,7	0,9	2,4	3,4	2,5	2,6
Despesa de consumo da administração pública	1,0	0,2	3,1	3,2	2,2	2,7
Formação bruta de capital fixo	(1,6)	(1,9)	(3,7)	(5,6)	(0,3)	(2,4)
Exportação de bens e serviços	(3,5)	0,2	(2,5)	(3,2)	2,8	0,9
Importação de bens e serviços (-)	(1,5)	(6,5)	1,6	(6,4)	5,0	1,7

(*) Com ajuste sazonal. Nota: Os dados incorporam a revisão da série histórica realizada e divulgada pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados analisados nos boletins de conjuntura industrial anteriores. Dados do 3º trimestre de 2012 são preliminares.

Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

A indústria brasileira voltou a apresentar crescimento no terceiro comparado ao segundo trimestre de 2012 (1,1%), depois de sofrer contração no segundo comparado ao primeiro trimestre do ano (-1,8%), em série dessazonalizada (Tabela 1). Seu desempenho manteve-se negativo, no entanto, na comparação do terceiro trimestre de 2012 com o mesmo período de 2011 (-1,0%) e no acumulado em quatro trimestres encerrados em setembro de 2012 (-0,9%). Para o resultado negativo na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, contribuíram a indústria extrativa mineral (-2,8%) e a indústria de transformação (-1,8%), ofuscando o modesto crescimento da construção civil no mesmo período (1,2%). A indústria extrativa, inclusive, aprofundou a queda apresentada no segundo trimestre de 2012 comparado a igual período de 2011 (-1,8%), enquanto a indústria de transformação suavizou seu comportamento negativo que havia sido apresentado no mesmo período (-5,3%). No caso dos dados acumulados em doze meses findos em setembro do ano corrente, a indústria de transformação destacou-se negativamente (-3,2%) dentre as demais atividades industriais, liderando a retração da indústria brasileira, enquanto a extrativa mineral ficou praticamente estagnada (0,3%) e a construção civil seguiu com um crescimento acumulado relativamente mais promissor, embora modesto (2,3%).

Reafirma-se a preocupação do governo brasileiro com o desempenho da indústria, para o qual contribuiu a dificuldade de recuperação dos investimentos e de expansão do consumo interno, assim como o cenário de incerteza na economia mundial, em especial na região europeia, acompanhado de intensificação da competição entre produtores estrangeiros, cada vez mais agressivos na luta por mercados externos. Como destacado no Boletim de Conjuntura de Setembro de 2012, o governo segue adotando e reforçando um conjunto de estímulos ao investimento e à indústria brasileira, dado seus impactos positivos sobre as demais atividades econômicas.

Houve desaceleração da agropecuária na comparação do terceiro com o segundo trimestre de 2012 (para 2,5%) (Tabela 1). A desaceleração do produto agropecuário

também pode ser observada na série de dados acumulados em doze meses, pois a taxa acumulada em quatro trimestres terminados em setembro de 2012 reduziu-se para 0,8%. A agropecuária, no entanto, destacou-se dentre as demais atividades econômicas em termos de seu crescimento no terceiro trimestre de 2012 frente ao mesmo período de 2011 (3,6%), compensando a contração da indústria (-1,0%) e reforçando o modesto crescimento dos serviços (1,4%).

Observando os componentes da demanda interna, destacou-se o reduzido crescimento do consumo das famílias (0,9%) e do governo (0,2%) frente à contração da formação bruta de capital fixo (-1,9%), viabilizando a tímida elevação do produto brasileiro (0,6%) no terceiro trimestre comparado ao segundo trimestre de 2012, em série livre de influências sazonais (Tabela 1). O mesmo movimento pode ser percebido na comparação com igual período do ano passado e na série de variações acumuladas em doze meses. O consumo das famílias, inclusive, acabou se destacando na sustentação da demanda interna no terceiro trimestre do ano corrente, em termos tanto marginais quanto na comparação com o ano passado, superando o crescimento do consumo do governo em ambas as situações. Por sua vez, na série de dados acumulados, o crescimento do consumo das famílias, que havia superado o do governo em todo o período posterior à crise financeira internacional, acabou sendo ligeiramente superado pelo governo no último dado disponível.

Como mencionado no Boletim de Conjuntura Industrial de Setembro de 2012, o comportamento dos investimentos tem-se mantido como a preocupação central do governo e do empresariado brasileiro. A formação bruta de capital fixo (FBCF) foi, novamente, o destaque negativo dentre os componentes da demanda interna no terceiro trimestre do ano. Os investimentos contraíram-se pelo quinto trimestre consecutivo na comparação com trimestres imediatamente anteriores, em série dessazonalizada, além de apresentarem retração, pelo terceiro trimestre consecutivo, quando a base de comparação encontra-se nos mesmos períodos do ano passado (Tabela 1). No acumulado em doze meses encerrados em setembro de 2012, notou-se inten-

sificação da contração dos investimentos (para -2,4%).

Em decorrência do comportamento recente da formação bruta de capital fixo, a taxa de investimento brasileira (FBCF sobre o PIB) do terceiro trimestre voltou ao mesmo patamar do primeiro trimestre de 2012 (18,7%), o que resultou em um nível médio de 18,5% considerando os quatro últimos trimestres encerrados em setembro de 2012. Como será detalhado na segunda parte deste documento, os investimentos têm enfrentado dificuldades para decolar em ambiente de incerteza do crescimento doméstico e de persistência da crise internacional. Algumas políticas e medidas governamentais têm sido sistematicamente prorrogadas e renovadas visando configurar um ambiente de estímulo ao consumo e ao investimento¹. Como exemplos encontram-se a política de contração gradativa dos juros básicos e de desvalorização da moeda nacional; as medidas de isenção ou redução de impostos sobre operações de crédito e sobre produtos específicos; as medidas de ampliação da desoneração da folha de pagamentos para um maior número de setores, incluindo recentemente a construção civil; a renovação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI); as medidas destinadas à aceleração de investimentos em infraestrutura – como a criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e do Programa de Investimentos em Logística –; e a redução dos custos de energia elétrica. Prevê-se que tal conjunto de estímulos ao consumo e ao investimento deva alavancar a recuperação da economia e indústria brasileiras em futuro próximo.

Considerando ainda os componentes da demanda interna, cabe destacar a mudança no comportamento das importações brasileiras no terceiro trimestre de 2012. As importações sofreram retração no terceiro trimestre do ano corrente com relação tanto ao segundo trimestre (-6,5%), em série dessazonalizada, quanto ao terceiro trimestre do ano passado (-6,4%) (Tabela 1). Isso significou, no primeiro caso, um aprofundamento da contração das importações que havia sido observada no segundo frente ao primeiro

trimestre do ano, com ajuste sazonal, e, no segundo caso, uma reversão de seu comportamento positivo que havia sido destacado no segundo trimestre frente ao mesmo período do ano anterior. Tal mudança de comportamento das importações aliviou a pressão negativa sobre a produção e a balança comercial brasileira, o que não pode servir de aval para a redução da atenção com o acirramento da concorrência internacional e, neste contexto, com o perigo persistente dos efeitos deletérios da entrada de produtos importados no mercado brasileiro sobre o produto doméstico e o saldo comercial do país.

Para complementar a análise do desempenho do produto brasileiro, deve-se destacar o comportamento da demanda externa, expresso pelas exportações brasileiras. Houve pequeno crescimento das exportações brasileiras no terceiro frente ao segundo trimestre de 2012 (0,2%, descontando-se os efeitos sazonais). Com relação ao terceiro trimestre de 2011, notou-se queda das exportações (-3,2%), aprofundando a contração observada no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano passado (-2,5%) (Tabela 1). No acumulado em doze meses terminados em setembro de 2012, houve desaceleração do crescimento das exportações (para 0,9%), confirmando a tendência inaugurada no primeiro trimestre de 2011. Como ressaltado em boletins anteriores, persiste a dificuldade de recuperação da demanda dos principais mercados desenvolvidos e a intensificação da concorrência entre parceiros comerciais no plano internacional, dificultando o desempenho mais virtuoso das exportações brasileiras, mesmo com a moeda doméstica um pouco mais desvalorizada em relação a períodos anteriores.

O comportamento da indústria brasileira no terceiro trimestre de 2012 pode ser detalhado a partir da análise dos dados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF/IBGE). Cotejando dados do terceiro trimestre de 2012 com os de igual período de 2011, verificou-se uma suavização da retração da produção física da indústria de transformação (para -2,9%) e da indústria geral (para -2,8%) acompanhada da contração da produção extrativa (-2,1%) depois de dois trimestres seguidos

1. Para uma mais completa enumeração de medidas, consultar Boletim de Conjuntura Industrial de Setembro de 2012.

de pequenas variações, neste último caso (Tabela 2). No acumulado em doze meses terminados em junho de 2012, observou-se intensificação do encolhimento da produção da indústria de transformação (-3,2%) e da indústria geral (-3,1%) e quase estagnação da indústria extrativa (0,1%).

Entretanto, comparando dados do terceiro com os do segundo trimestre de 2012, em série livre de influências sazonais, vislumbrou-se uma modesta recuperação da produção física da indústria de transformação (1,1%) e, em decorrência, da indústria geral (1,0%). Este resul-

tado se mostra mais importante porque é o primeiro resultado positivo após quatro trimestres consecutivos de retração, tanto da indústria geral, quanto da indústria de transformação. Existe uma grande expectativa em torno da confirmação desta recuperação da produção industrial brasileira no último trimestre de 2012, especialmente a partir dos efeitos das medidas recém-adotadas de incentivo ao investimento e à indústria brasileira, o que poderá representar a indicação de uma real retomada da atividade industrial a partir de 2013.

Tabela 2 – Taxa de Variação da Produção Industrial Brasileira (III/2011 a III/2012) (em %)

Atividades	III 2011	IV 2011	I 2012	II 2012	III 2012
Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)					
Indústria Geral	(0,9)	(1,7)	(1,0)	(0,9)	1,0
Indústria Extrativa	0,6	1,7	(3,5)	1,7	(1,9)
Indústria de Transformação	(1,1)	(1,8)	(0,6)	(1,2)	1,1
Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior					
Indústria Geral	0,1	(1,9)	(3,1)	(4,5)	(2,8)
Indústria Extrativa	0,2	2,4	(0,2)	0,3	(2,1)
Indústria de Transformação	0,1	(2,1)	(3,3)	(4,7)	(2,9)
Taxa de variação acumulada nos últimos quatro trimestres					
Indústria Geral	2,5	0,4	(1,0)	(2,3)	(3,1)
Indústria Extrativa	5,1	2,1	1,3	0,7	0,1
Indústria de Transformação	2,4	0,2	(1,2)	(2,5)	(3,2)

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

A análise do desempenho da produção industrial por categorias de uso permite destacar a significativa retração da produção física dos bens de capital no terceiro trimestre de 2012 frente a igual trimestre de 2011 (-12,2%), perfazendo quatro trimestres seguidos de trajetória descendente da produção dessa categoria de uso (Tabela 3). O declínio mensal da produção de bens de capital observado tanto em agosto (-13,1%) quanto em setembro (-14,0%) do ano corrente na comparação com os mesmos meses do ano passado foi responsável pela contração no terceiro

trimestre (PIM-PF/IBGE). A retração da produção de bens de capital foi se acentuando na série de dados acumulados em doze meses. Nos quatro trimestres encerrados em setembro de 2012, notou-se intensificação da queda da produção de bens de capital (para -9,6%). Repetindo constatação do Boletim de Conjuntura Industrial de Setembro de 2012, a produção de bens de capital deixou no passado o comportamento positivo e diferenciado que havia apresentado frente às demais categorias de uso, principalmente nos dois últimos trimestres de 2010 e nos três primeiros trimestres de 2011.

A produção física dos bens de capital teve ligeiro crescimento no terceiro frente ao segundo trimestre de 2012 (0,5%, feito o ajuste sazonal). Não houve, portanto, confirmação de uma recuperação mais firme apontada no segundo em relação ao primeiro trimestre de 2012 (3,1%), depois de dois trimestres seguidos de preocupante retração (Tabela 3). Na comparação marginal, o comportamento da

produção dos bens de capital parecia ser mais promissor, o que acabou não se concretizando. Constata-se que as dificuldades enfrentadas pelos investimentos têm contribuído para o comportamento negativo da produção física de bens de capital. Seu futuro, portanto, parece depender da resposta dos investimentos e da produção doméstica aos incentivos adotados pelo governo brasileiro.

Tabela 3 – Taxa de Variação da Produção Industrial por Categorias de Uso (III/2011 a III/2012) (em %)

Categorias de uso	III 2011	IV 2011	I 2012	II 2012	III 2012
Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)					
Bens de capital	0,6	(3,8)	(11,6)	3,1	0,5
Bens intermediários	(1,1)	(0,5)	(1,1)	(0,7)	1,1
Bens de consumo duráveis	(3,1)	(3,4)	(1,2)	0,5	5,2
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	0,5	(1,0)	1,7	(2,7)	0,8
Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior					
Bens de capital	4,0	(1,5)	(13,3)	(11,7)	(12,2)
Bens intermediários	(0,4)	(0,8)	(1,5)	(3,4)	(1,7)
Bens de consumo duráveis	(2,2)	(9,5)	(11,6)	(7,1)	0,0
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	0,3	(1,0)	1,4	(1,6)	(1,6)
Taxa de variação acumulada nos últimos quatro trimestres					
Bens de capital	5,4	3,2	(2,0)	(5,5)	(9,6)
Bens intermediários	1,4	0,3	(0,5)	(1,5)	(1,9)
Bens de consumo duráveis	0,8	(2,0)	(6,1)	(7,6)	(7,0)
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	0,7	0,0	0,1	(0,3)	(0,7)

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

Por sua vez, houve estagnação da produção física de bens de consumo duráveis no terceiro trimestre de 2012 comparado ao mesmo trimestre de 2011 (0,0%), depois de cinco trimestres seguidos de contração (Tabela 3). Observando a série de dados acumulados em doze meses encerrados no último mês de cada trimestre do ano, constatou-se redução da produção de bens duráveis a partir do acumulado em doze meses terminados em dezembro de 2011, chegando a uma expressiva contração da produção de duráveis no acumulado em doze meses findos em junho de 2012 (-7,6%) e em setembro (-7,0%). Esse últi-

mo desempenho acumulado da produção física de bens de consumo duráveis resultou das dificuldades enfrentadas pelos fabricantes de equipamentos de transporte não industrial com provável contribuição do subsetor de caminhões e ônibus, que amargaram significativa queda de produção (-12,3% e -24,2%, respectivamente) no acumulado em quatro trimestres encerrados em setembro de 2012 (PIM-PF/IBGE).

Cabe destacar, não obstante, a importante expansão da produção física dos bens de consumo duráveis no terceiro trimestre comparado ao segundo trimestre de 2012 (5,2%, em série dessazonalizada), depois

de quatro trimestres consecutivos de retração seguidos de um trimestre de baixo crescimento marginal (Tabela 3). O desempenho da produção de veículos automotores no mesmo período (6,2%, com ajuste sazonal), deixando para trás a expressiva contração marginal observada no primeiro trimestre do ano corrente frente ao último trimestre do ano passado (-19,2%, feito o ajuste sazonal) (PIM-PF/IBGE), certamente contribuiu para o comportamento positivo da produção dos bens duráveis no último trimestre analisado. Destaca-se, nesse sentido, a produção recorde de veículos (329,3 mil unidades), somando automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, em agosto de 2012, como divulgado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, outubro de 2012).

Como destacado no Boletim de Conjuntura Industrial de Setembro de 2012, as vendas e a produção de veículos automotores e de eletrodomésticos de linha branca foram beneficiadas pelas medidas tributárias e creditícias adotadas e prorrogadas pelo governo brasileiro, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o corte do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para transações de crédito ao consumidor, influenciando o desempenho da produção de bens de consumo duráveis. As perspectivas da produção de bens duráveis para o próximo ano, todavia, mantêm-se incertas tendo em vista os efeitos da extinção de alguns estímulos à produção de determinados bens duráveis, como o fim da redução do IPI cobrado sobre os automóveis e os eletrodomésticos de linha branca e anunciado para dezembro de 2012.

O desempenho da produção brasileira de bens intermediários tem sido prejudicado tanto pelo cenário econômico internacional adverso, incluindo a perda de dinamismo das economias emergentes, como a China, quanto pelo modesto crescimento da economia brasileira. Nesse sentido, manteve-se a redução da produção física de bens intermediários no terceiro trimestre de 2012 frente a igual período de 2011 (-1,7%), seguindo desempenho observado há quatro trimestres consecutivos, sempre comparados com os mesmos períodos de anos anteriores. Confirmou-se também a

contração da produção de bens intermediários no acumulado em doze meses terminados em setembro de 2012 (-1,9%) (Tabela 3). Em série livre de flutuações sazonais, houve modesto crescimento da produção de bens intermediários no terceiro frente ao segundo trimestre de 2012 (1,1%), revertendo, todavia, o comportamento marginal contracionista dessa categoria de uso nos trimestres anteriores. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos mercados externos, o comportamento futuro da produção de bens intermediários passa a depender de forma mais evidente do rumo da atividade doméstica.

Houve redução da produção dos bens de consumo semiduráveis e não duráveis no terceiro trimestre do ano corrente comparado ao mesmo período do ano passado (-1,6%) e no acumulado em doze meses terminados em setembro de 2012 (-0,7%) (Tabela 3). A produção dos bens semiduráveis e não duráveis, no entanto, apresentou crescimento no terceiro frente ao segundo trimestre de 2012 (0,8%, em série livre de efeitos sazonais), seguindo o comportamento, mesmo que de forma modesta, das demais categorias de uso. O desempenho da produção dos bens semiduráveis e não duráveis tem sido influenciado pela dificuldade de sustentação da demanda interna brasileira. Sempre se deve lembrar que vários setores incluídos nessa categoria de uso costumam sofrer diretamente os efeitos da entrada de produtos importados. Assim como destacado para outras categorias de uso, algumas medidas governamentais têm sido adotadas para aumentar as vendas e a produção dos bens de consumo semiduráveis e não duráveis, como a expansão do alcance da desoneração tributária sobre a folha de pagamentos e a postergação da arrecadação de impostos para alguns setores pertencentes à categoria de uso, como o setor têxtil e de calçados.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF/IBGE), detalhados por subsetores industriais, indicam redução ou pequena elevação (0,2% a 1,1%) da produção física para grande parte dos setores incluídos na amostra (21 dos 27 setores) no terceiro trimestre de 2012 comparado ao mesmo período de 2011. O pior desempenho dentre os setores industriais analisados foi o de máquinas para

escritório e equipamentos de informática (-15,1%), seguido pelo setor produtor de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-14,7%) e pelo setor de edição, impressão e reprodução de gravações (-12,9%) e pelos produtores de veículos automotores (-10,4%). Por sua vez, o setor de máquinas e equipamentos confirmou o movimento contracionista de sua produção física no terceiro trimestre de 2012 frente ao mesmo trimestre de 2011 (-5,0%), repetindo comportamento observado nos três trimestres anteriores. Crescimento mais significativo de produção física no terceiro trimestre de 2012 comparado a igual período de 2011 somente pode ser observado em seis (6) setores industriais incluídos na pesquisa do IBGE (dos 27 setores analisados): madeira (9,3%); outros equipamentos de transporte (9,1%); farmacêutica (8,3%); perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (5,6%); refino de petróleo e álcool (5,6%); e outros produtos químicos (4,5%) (PIM-PF/IBGE).

Observou-se generalização da retração/estagnação da produção física por categorias de uso e por subsetores industriais no terceiro trimestre de 2012 comparado a igual período de 2011. Ao mesmo tempo, a comparação com o trimestre imediatamente anterior indica uma situação um pouco mais favorável, com taxas de crescimento positivas em todas as categorias de uso,

em especial bens de consumo duráveis. Ainda é prematuro concluir sobre uma recuperação sustentada da atividade industrial, mas os dados marginais permitem pelo menos aguardar com um pouco mais de otimismo as informações sobre o último trimestre de 2012 e, principalmente, o desempenho da indústria ao longo de 2013.

No que se refere ao emprego formal na indústria brasileira, manteve-se a desaceleração da geração de empregos no terceiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, apesar de um melhor resultado frente aos dois primeiros trimestres do ano. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) mostram a geração líquida de 110.499 postos de trabalho formais entre julho e setembro de 2012, ou seja, foram gerados 15% menos empregos industriais no terceiro trimestre deste ano do que no mesmo período do ano passado. No entanto, o número de vagas criadas no terceiro trimestre se aproximou da soma dos primeiros seis meses do ano – foram gerados pouco mais de 116 mil postos de trabalho entre janeiro e junho deste ano. Portanto, apesar de continuar desacelerando, a geração de empregos formais na indústria mostrou leve melhora no terceiro trimestre de 2012 em relação aos dois primeiros trimestres do mesmo ano (Tabela 4).

Tabela 4 – Criação de Vagas e Massa Salarial das Contratações Líquidas na Indústria Brasileira (I/2009 a III/2012)

Ano	Criação de Vagas					Massa de Salários de Contratações Líquidas (em R\$ mil de dez/10*)				
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
2009	(146.761)	2.578	203.323	(52.009)	7.131	(308.501)	(153.828)	37.893	(105.773)	(530.209)
2010	199.187	186.139	203.873	(111.408)	477.791	104.290	76.794	92.038	(147.372)	125.750
2011	127.798	117.211	128.704	(188.217)	185.496	46.400	41.794	26.054	(228.229)	(113.981)
2012	53.742	62.892	110.499	-	-	(28.420)	(22.893)	(15.274)	-	-

*Dados deflacionados pelo IPCA (IBGE).

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em CAGED/MTE.

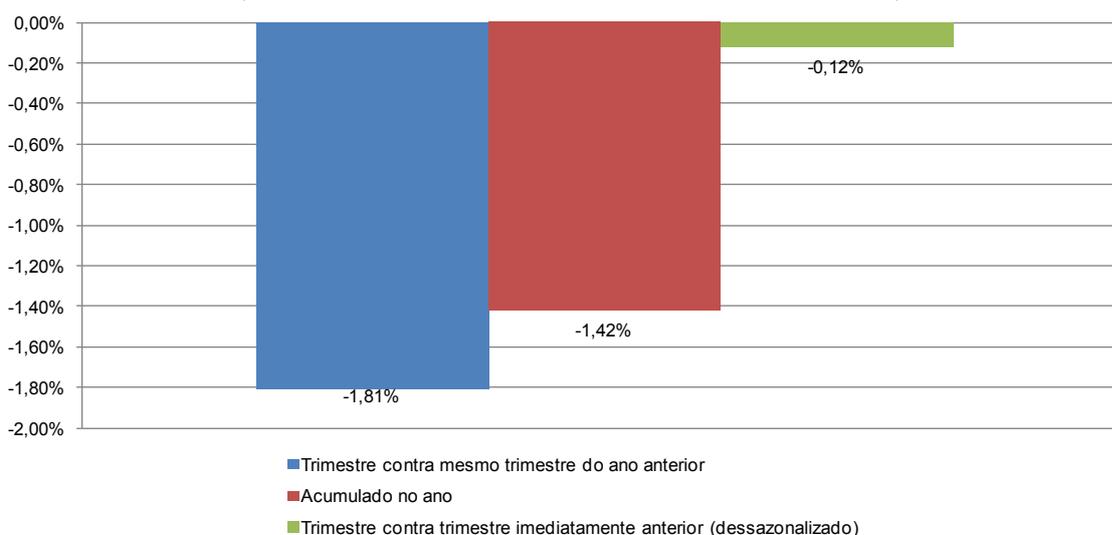
Realizando uma análise comparativa dos anos entre 2009 e 2012, percebe-se que o terceiro trimestre é sempre o que apresenta maior geração de postos de trabalho formais na indústria brasileira. A comparação com os terceiros trimestres dos últimos anos indica, entretanto, que o período de julho a setembro de 2012 foi o que apresentou pior desempenho em termos de geração de empregos industriais após o processo de recuperação da crise de 2008/2009. Considerando o acumulado de janeiro a setembro, houve geração de pouco mais de 227 mil postos de trabalho em 2012, 40% a menos que o valor apresentado no mesmo período de 2011.

O fato que mais chama atenção, contudo, não é a desaceleração da geração de empregos e sim as sucessivas perdas de massa salarial na indústria brasileira, como já fora salientado nos dois últimos Boletins de Conjuntura Industrial (Junho e Setembro de 2012). Houve perda líquida de mais de 15 milhões de reais de massa salarial dos trabalhadores formais da indústria brasileira no terceiro trimestre de 2012, repetindo o movimento dos dois primeiros trimestres do ano e somando uma perda líquida de mais de 66 milhões entre janeiro e setembro de 2012 (Tabela 4). Essa perda acumulada no ano só não foi mais negativa do que a apresentada em 2009, que teve seu primeiro semestre significativamente afetado

pela crise mundial. Nos últimos quatro anos, esta é a primeira vez em que há perda líquida de massa salarial em quatro trimestres consecutivos (o quarto trimestre de 2011 e os três primeiros deste ano). Observa-se, assim, que a lógica de se demitir trabalhadores com salários maiores e contratar empregados com menores remunerações como estratégia de redução de custos está fortemente presente nas empresas industriais brasileiras.

De maneira a complementar a análise, os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários (PIMES/IBGE)² também apontam para uma desaceleração da geração de empregos na indústria brasileira no terceiro trimestre de 2012. O Gráfico 1 mostra essa tendência nas três variações calculadas. Em comparação ao mesmo trimestre de 2011, houve redução de 1,81%. Na taxa acumulada ao longo dos meses de janeiro a setembro de 2012 comparados ao mesmo período de 2011, houve contração de 1,42% no emprego industrial brasileiro. O dado mais relevante e preocupante, contudo, é a perda de 0,12% do dinamismo da geração de empregos em relação ao segundo trimestre do ano corrente. Como esse dado aparece livre de influências sazonais, pode-se relativizar o resultado positivo apresentado anteriormente pelos dados de criação de emprego formal do CAGED.

Gráfico 1 – Variações do Emprego Industrial Brasileiro no Terceiro Trimestre de 2012 (%)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em PIMES/IBGE.

2. A PIMES/IBGE tem cobertura amostral, incluindo empresas com cinco funcionários ou mais, enquanto o CAGED/MTE apresenta os resultados de todas as empresas que realizaram contratação/desligamento de empregados formais no período pesquisado, tendo, assim, cobertura censitária. Portanto, podem-se encontrar tendências divergentes nas duas fontes de dados utilizadas, principalmente em setores com predomínio de pequenas e médias empresas.

Em síntese, em que pese a diferença entre os dados do CAGED e da PIMES, ambos constataram a continuidade da desaceleração da geração de empregos na indústria brasileira no terceiro trimestre de 2012, apesar de ainda ser possível observar a criação de postos de trabalho formais. Entretanto, em termos de massa salarial, continuam ocorrendo perdas significativas e preocupantes. A retomada de uma trajetória mais virtuosa de emprego e salário depende do comportamento futuro dos investimentos e da produção industrial brasileira.

As informações anteriormente analisadas indicaram que a economia brasileira apresentou modesto crescimento no terceiro trimestre de 2012, liderado pela expansão do consumo das famílias e do governo em cenário de retração da formação bruta de capital fixo. Do ponto de vista industrial, houve contração/estagnação da produção física para todas as categorias de uso e para um amplo conjunto de sub-setores industriais, além de desaceleração da geração de empregos industriais, no período analisado. Também foram encontradas dificuldades relacionadas ao desempenho do comércio externo brasileiro, que merece, portanto, ser analisado com mais detalhe.

O superávit comercial brasileiro foi de

US\$ 8,6 bilhões no terceiro trimestre de 2012, resultado inferior ao alcançado no mesmo período de 2011 (US\$ 10,1 bilhões), mas superior ao atingido no segundo trimestre de 2012 (US\$ 4,6 bilhões) (FUNCEX).

Na comparação com o terceiro trimestre de 2011, a redução do superávit brasileiro decorreu da superioridade do comportamento descendente do valor das exportações (-11,6%) frente ao movimento do valor das importações (-11,2%) (Tabela 5). Esse comportamento do valor das exportações brasileiras decorreu da combinação entre a queda dos preços dos produtos exportados (-9,0%) e a contração do quantum exportado (-3,2%) no período analisado, para o que pode ter contribuído a falta de dinamismo da demanda externa acompanhada do acirramento da concorrência internacional e os problemas de competitividade enfrentados por diversos setores industriais brasileiros, a despeito da taxa de câmbio um pouco mais favorável. Por sua vez, o declínio do valor das importações brasileiras no mesmo período foi especialmente provocado pela retração do quantum importado (-8,9%), provavelmente associado ao modesto crescimento da demanda interna, com menor participação do encolhimento dos preços dos produtos importados (-2,6%).

Tabela 5 – Taxas de Variação das Exportações por Fator Agregado e das Importações por Categoria de Uso (em %)

		III-2012 / III-2011			III-2012 / II-2012		
		Valor	Preço	Quantum	Valor	Preço	Quantum
Exportações	Total	(11,6)	(9,0)	(3,2)	2,0	(3,2)	5,4
	Básicos	(13,1)	(12,2)	(1,3)	(3,3)	(3,4)	0,2
	Semimanufaturados	(18,9)	(11,3)	(9,3)	13,8	(4,6)	19,2
	Manufaturados	(6,4)	(3,7)	(2,8)	6,6	(2,2)	9,0
Importações	Total	(11,2)	(2,6)	(8,9)	(4,8)	(3,5)	(1,3)
	Bens de Capital	(5,8)	0,3	(6,0)	(7,2)	(2,7)	(4,4)
	Intermediários	(6,4)	(3,0)	(3,6)	10,5	(1,6)	12,4
	Consumo Duráveis	(17,4)	5,2	(21,5)	1,2	2,1	(0,8)
	Consumo Não Duráveis	(0,1)	(1,5)	0,9	10,2	(4,3)	14,7
	Combustíveis	(34,8)	(7,5)	(29,6)	(46,2)	(11,5)	(39,2)

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em FUNCEX.

Movimento diferente pode ser observado na comparação com o segundo trimestre de 2012, pois o aumento do superávit comercial brasileiro resultou da combinação entre a elevação do valor das exportações (2,0%) e a contração do valor das importações (-4,8%) (Tabela 5). O crescimento do valor das exportações brasileiras no período citado deveu-se à expansão das quantidades exportadas (5,4%), considerando a queda dos preços de exportação (-3,2%). Ao contrário das exportações, a retração das importações brasileiras no mesmo período foi determinada pela queda dos preços dos produtos importados (-3,5%), considerando a redução modesta das quantidades importadas (-1,3%). Esse movimento das exportações e das importações brasileiras observado do segundo para o terceiro trimestre indica uma melhora, na margem, da inserção comercial externa brasileira, mas não permite afastar a preocupação com os efeitos adversos da dificuldade de recuperação de economias avançadas e de desaceleração de economias emergentes e da maior agressividade da competição internacional.

Nesse contexto, cabe salientar que o câmbio desvalorizado e a falta de dinamismo de importantes mercados consumidores externos têm contribuído para a redução dos preços dos produtos exportados nos períodos analisados. Também se observou queda dos preços dos produtos importados – com destaque para os preços dos combustíveis e de bens de consumo não duráveis – possivelmente indicando a combinação entre a excessiva oferta de bens no mercado internacional e a renegociação de preços entre o fornecedor externo e o importador, que procuraram dividir a desvantagem resultante da desvalorização do real frente ao dólar. A queda de preços dos produtos no mercado internacional tem sido observada nos últimos meses, como resultado da mudança de perspectiva de crescimento econômico de vários países desenvolvidos e emergentes, como a China (WATANABE, 2012b).

Detalhando os dados de exportação por fator agregado, observa-se que o comportamento das exportações brasileiras no terceiro trimestre de 2012 comparado ao mesmo período de 2011 recebeu influência da contração das vendas externas dos

produtos semimanufaturados (-18,9%), seguidos pelos produtos básicos (-13,1%) e pelos produtos manufaturados (-6,4%) (Tabela 5). Houve significativa contribuição da redução dos preços de exportação dos semimanufaturados (-11,3%), dos manufaturados (-3,7%), mas, principalmente, dos preços dos produtos básicos (-12,2%).

Mudando a base de comparação para o segundo trimestre de 2012, os dados de exportação por fator agregado mostram um movimento diferente e mais promissor de elevação das vendas externas brasileiras lideradas pelo aumento das exportações de produtos semimanufaturados (13,8%) e, em menor medida, manufaturados (6,6%), alavancadas pela expansão de suas quantidades exportadas (respectivamente 19,2% e 9,0%), considerando a contração de seus preços de exportação, por motivos anteriormente mencionados (Tabela 5). Os produtos básicos foram os únicos a apresentar contração de suas vendas externas no período analisado, puxadas pela queda dos preços de exportação.

No que se refere ao comportamento das importações por categorias de uso, destaca-se a contração dos valores importados para todas as categorias, liderados pela queda das quantidades importadas, no terceiro trimestre de 2012 frente ao mesmo período de 2011 (Tabela 5). O modesto crescimento da demanda interna provavelmente contribuiu para o desempenho das importações das diferentes categorias de uso, com menor participação do comportamento dos preços de importação.

O destaque ficou com a redução do valor das importações de bens de consumo duráveis (-17,4%) puxada pela retração das quantidades importadas (-21,5%) em cenário de aumento dos preços de importação (5,2%). Essa perda de dinamismo da importação de bens de consumo duráveis no terceiro trimestre pode ser igualmente observada no segundo e no primeiro trimestre do ano corrente. No caso dos bens de capital, observou-se também redução do valor importado (-5,8%) no período analisado, a partir do aumento do preço de importação (0,3%) que não contrabalançou a queda das quantidades importadas (-6,0%). Os combustíveis também apresentaram menores valores importados no mesmo período (-34,8%), alavancados

pela diminuição das quantidades importadas (-29,6%) em contexto de queda de preço de importação (-7,5%).

Comparando com o segundo trimestre de 2012, os dados de importação por categorias de uso mostram algumas diferenças de comportamentos. A queda do valor das importações (-4,8%) foi liderada pelos combustíveis (-46,2%) e, em menor medida, pelos bens de capital (-7,2%), considerando que as demais categorias de uso apresentaram aumento de seus valores importados devido ao incremento das quantidades importadas, exceto para bens duráveis (Tabela 5). Apesar do movimento de queda marginal das importações totais, notou-se aumento da quantidade importada para algumas categorias de uso, como bens intermediários e de consumo não duráveis.

De qualquer forma, dados de importação do terceiro trimestre do ano mostraram certo arrefecimento da tendência de elevação das compras externas brasileiras em período recente, relacionado à falta de dinamismo do crescimento do produto brasileiro. Como destacado anteriormente, não se deve descartar, entretanto, a preocupação com os efeitos da dificuldade de retomada das economias desenvolvidas e de desaceleração das economias emergentes, além da acirrada concorrência internacional, sobre as exportações e importações brasileiras, podendo eliminar possíveis ganhos comerciais decorrentes da desvalorização da moeda nacional.

As informações analisadas anteriormente mostraram o modesto crescimento da economia brasileira, para o qual contribuiu a expansão do consumo das famílias e do governo, considerando a preocupan-

te contração dos investimentos no terceiro trimestre de 2012. Também foi possível destacar, no mesmo período, a retração/estagnação da produção física para um amplo grupo de subsetores industriais, além da desaceleração da geração de emprego na indústria brasileira. Analisando o comércio externo brasileiro, observou-se a manutenção das dificuldades das exportações com a perda de dinamismo da demanda externa, apesar do câmbio favorável, acompanhada, não obstante, pela redução do dinamismo das importações, aliviando, de certa forma, a pressão sobre a balança comercial.

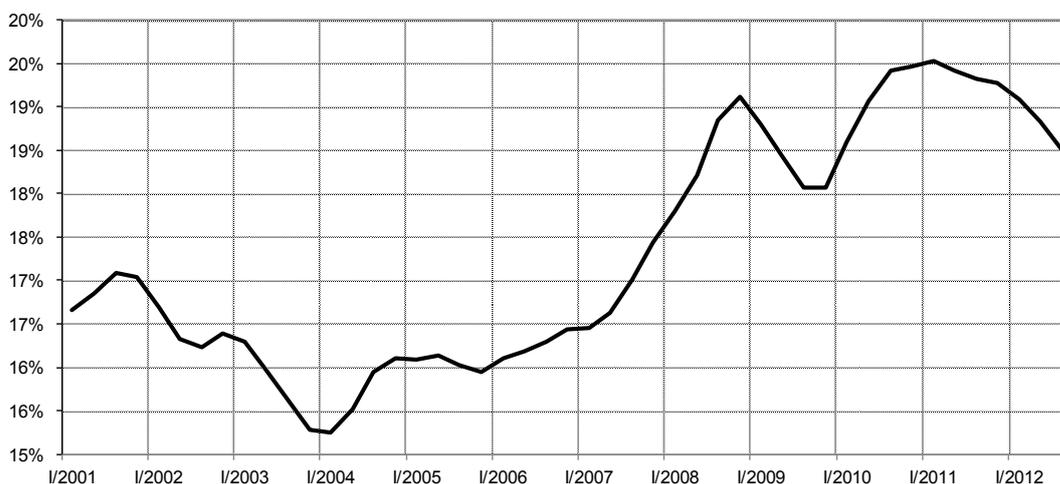
O conjunto de políticas e de medidas de incentivo à atividade produtiva, adotado pelo governo brasileiro, pode contribuir para dinamizar a atividade econômica, sendo fundamental, para tanto, a recuperação dos investimentos. A importância do investimento se encontra tanto na criação de demanda quanto na capacidade de modificar as condições futuras de oferta ao viabilizar a incorporação de novos produtos e processos, a remoção de gargalos de infraestrutura e a modernização do parque produtivo, gerando aumentos de produtividade e de competitividade. Faz-se necessário, portanto, o reforço dos investimentos e da atividade industrial e econômica brasileira em cenário de incerteza quanto ao desempenho futuro dos principais centros de produção e consumo mundial e diante do acirramento da concorrência internacional e da entrada de produtos importados com consequências adversas sobre a produção doméstica. Pela sua importância, na seção seguinte, esta questão será tratada de maneira um pouco mais detalhada.

EVOLUÇÃO RECENTE DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO E DA TAXA DE INVESTIMENTO NO BRASIL E NO MUNDO

A participação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro, ou a taxa de investimento, vem caindo sistematicamente, trimestre a trimestre, ao se considerar a evolução recente de sua média móvel em doze meses (Gráfico 1). A recuperação da taxa de investimento brasileira pós-2009 teve duração de apenas cinco trimestres, caindo sequencialmente desde então. A média móvel em doze meses da taxa de investimento manteve-se positiva e crescente desde o primeiro trimestre de 2010

até o primeiro trimestre de 2011, quando atingiu seu ponto mais alto (com 19,5%), passando a apresentar uma trajetória descendente a partir do segundo trimestre de 2011 até o terceiro trimestre de 2012 (com 18,5%), acumulando um recuo de 5,1% desde o trimestre de seu auge até o último trimestre considerado. Essa trajetória tem sido alvo de preocupação, uma vez que a elevação da proporção (FBCF/PIB) é considerada fundamental para que se recupere um ciclo de crescimento sustentado na economia brasileira.

Gráfico 1 – Taxa de Investimento no Brasil (I/2001 a III/2012) (média móvel em quatro trimestres – em %)



Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP com base em Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

A situação brasileira não é isolada. Observa-se trajetória semelhante para a média dos 186 países que compõem a taxa de investimento mundial (que, nesse caso, reflete a relação entre a FBCF e

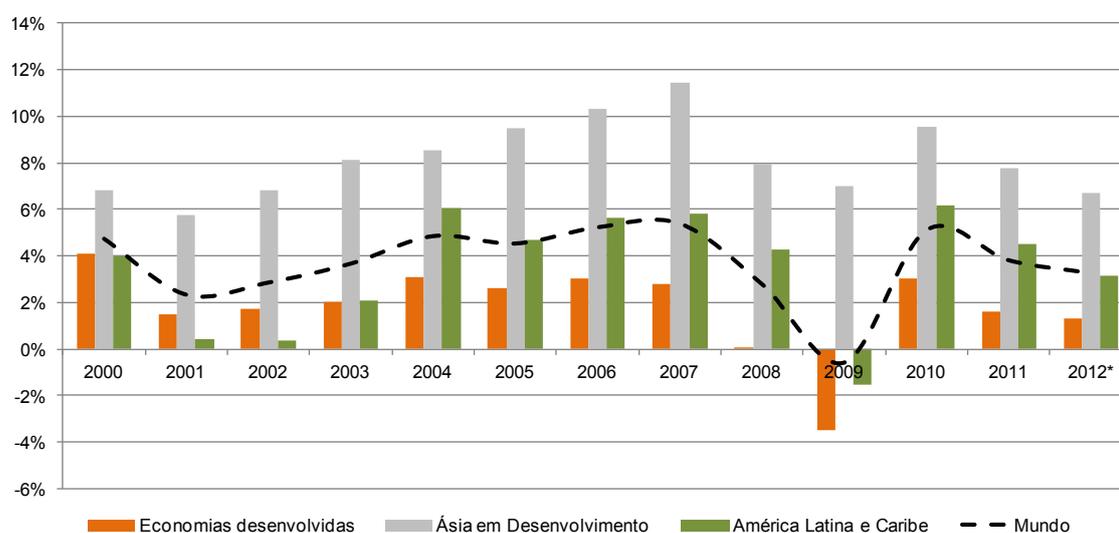
a Variação de Estoques com o PIB), estimada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), assim como para regiões específicas como as "Economias desenvolvidas"³; a "Ásia em desenvolvimento"⁴ e

a “América Latina e Caribe”⁵ (Gráfico 2).

É possível verificar como a taxa de investimento da América Latina e Caribe sai da posição de menor expressão no conjunto das economias no início da década de 2000, para taxas superiores à média mundial em meados do período analisado, assim persistindo até 2011. Ressalta-se, também, como já amplamente explorado pela academia e pela

mídia, que as taxas de investimento na Ásia em desenvolvimento são significativamente maiores do que a média mundial e também à verificada na América Latina e Caribe. Em termos conjunturais, chama atenção a desaceleração do crescimento das taxas de investimento de todas as regiões observadas pós-2010, causando desaceleração da taxa de investimento mundial.

Gráfico 2 – Variação Anual da Taxa de Investimento Mundial e de Regiões Seleccionadas (2001 a 2012*)



*Projeções de outubro de 2012.

Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em diversas economias, incluindo as classificadas como “em desenvolvimento”, a profunda queda de confiança instaurada pela eclosão da crise internacional no último trimestre de 2008 suscitou políticas anticíclicas, que também passaram pelos incentivos ao investimento,

o que favoreceu certa recuperação da FBCF, como observável em alguns países apresentados no Gráfico 3, e mesmo nos dados agregados do Gráfico 2. No entanto, o prolongamento da crise nas economias avançadas (especialmente da Europa) está dificultando tanto a retomada das decisões privadas de investimento quanto o próprio comprometimento dos gastos públicos com a demanda de infraestrutura ou a desoneração da produção, por exemplo.

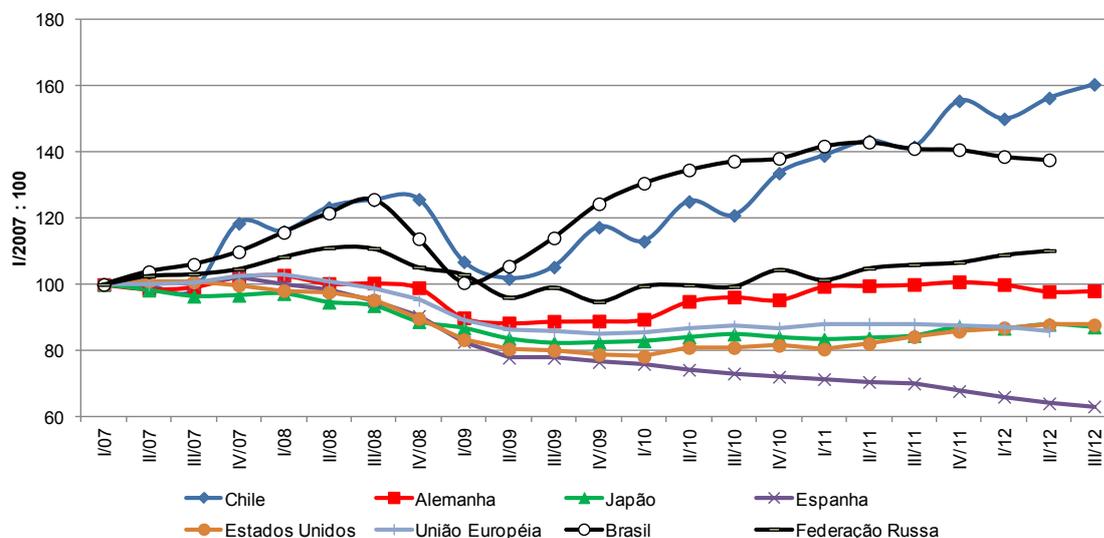
Vale destacar que a FBCF brasileira reagiu positivamente às medidas anticíclicas frente à Federação Russa, por exemplo, ou, em geral, às economias desenvolvidas, mas não conseguiu manter sua trajetória de recuperação ao longo do tempo, como ocorreu, por exemplo, no caso chileno (Gráfico 3).

3. Inclui 35 países: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong SAR, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia do Sul, Luxemburgo, Malta, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, San Marino, Singapura, República Eslovaca, Slovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Grã Bretanha e Estados Unidos.

4. Inclui 27 países: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Brunei, Camboja, China, Fiji, Índia, Indonésia, Kiribati, Laos, Malásia, Maldivas, Myanmar, Nepal, Paquistão, Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Tailândia, República Democrática do Timor-Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu e Vietnã.

5. Inclui 32 países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, St. Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Grenadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Gráfico 3 – Crescimento Real da Formação Bruta de Capital Fixo (I/2007 a III/2012)
(dados sazonalmente ajustados – I/2007:100)



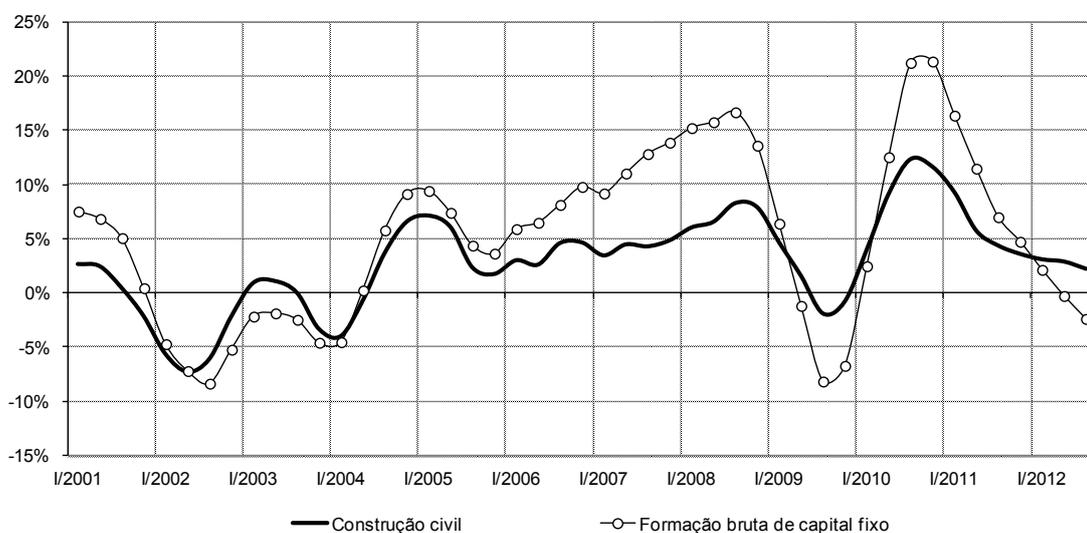
Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP com base em dados da OCDE.

A queda da FBCF no Brasil está relacionada, de maneira especial, ao comportamento de um de seus componentes: a aquisição de máquinas e equipamentos. Vale destacar que a FBCF, além da aquisição de máquinas e equipamentos, abrange a atividade de construção (infraestrutura e edificações) e um componente que envolve um conjunto de outros produtos agregados sob a rubrica “outros”. Segundo dados das Contas Nacionais (IBGE), de 2000 a 2009 (último dado disponível), as máquinas e equipamentos representaram, em média, 50% da FBCF no Brasil. De 2000 a 2007, sua participação chegou a 57% do agregado, mas regrediu em 2008 e 2009. Por sua vez, a construção foi responsável por 43% da FBCF e o

componente “outros” por cerca de 8% ao longo do período analisado.

O Gráfico 4 apresenta a evolução da FBCF e do valor adicionado pelo setor da construção, entre o primeiro trimestre de 2001 e o terceiro de 2012, último dado disponível das Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). Verifica-se ali que a construção tem um comportamento muito menos volátil do que o dos demais componentes da FBCF, e que, embora tenha desacelerado desde o último trimestre de 2011, na verdade amenizou a queda da FBCF no ano de 2012. Assim, entre os principais componentes do agregado, é a demanda de máquinas e equipamentos que vem deprimindo, com mais intensidade, a FBCF no Brasil – exigindo, portanto, melhor observação.

Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo e Construção no Brasil (I/2001 a III/2012) (taxa real de variação acumulada em quatro trimestres)



Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP com base em Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

Esse impacto diferenciado certamente decorre menos de questões internas e mais da dinâmica internacional da concorrência, que afeta as estruturas produtivas nacionais, principalmente a produção de bens comercializáveis. Certamente a indústria se ressentiu especialmente deste cenário, já que seus produtos são tipicamente comercializáveis, o que não ocorre com a construção. Os estímulos internos a segmentos em que há troca internacional de bens podem “vazar” para o resto do mundo, o que ocorre em menor grau com os setores de serviços, tipicamente non tradables.

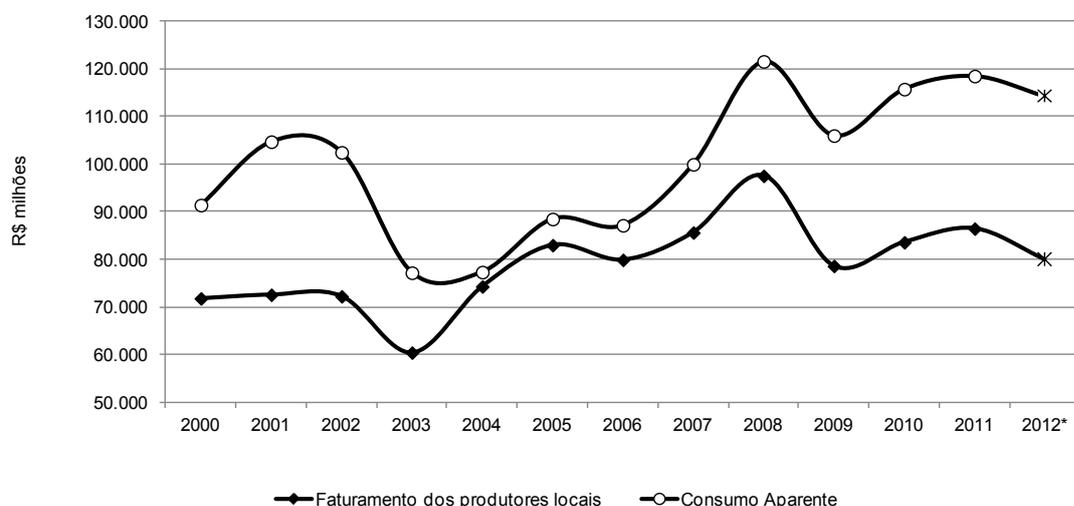
O ambiente de baixo crescimento econômico e de alta capacidade ociosa, em escala mundial, acirrou a concorrência internacional, fragilizando a posição competitiva de produtores que atuam com menor escala, condições menos favoráveis de financiamento e em países com preços macroeconômicos desfavoráveis – caso enfrentado por diversos segmentos da indústria brasileira e, particularmente, pelos produtores brasilei-

ros de máquinas e equipamentos, que sofrem duplamente, seja pela queda da demanda do setor industrial como um todo, seja pelo enfrentamento dos produtores estrangeiros de máquinas e equipamentos que conseguem comercializar em condições mais favoráveis.

Observa-se crescente importância da oferta estrangeira no suprimento do mercado brasileiro de máquinas e equipamentos (Gráfico 5). O distanciamento entre o faturamento da indústria local e o consumo de máquinas e equipamentos, já observável em 2007 e 2008, se ampliou entre 2009 e 2012, indicando a crescente participação das importações na oferta total⁶. Observa-se, ademais, a relativa estagnação do consumo aparente de máquinas e equipamentos e de faturamento da indústria local. Em outras palavras, nota-se uma situação onde a demanda de máquinas e equipamentos no mercado brasileiro está refluindo e os fornecedores locais estão se apropriando de parcelas menores desse mercado.

6. Há um movimento, entretanto, que deve ser levado em consideração, que é a crescente importação de peças e partes pelos próprios produtores locais que, nos limites do FINAME, procuram importar componentes mais baratos e/ou mais atualizados em termos tecnológicos, ampliando sua competitividade microeconômica.

Gráfico 5 – Faturamento das Empresas de Máquinas e Equipamentos e Consumo Aparente no Brasil (2000 a 2012*)
(R\$ milhões de outubro de 2012 – IGP-di)



* Os dados de faturamento e consumo aparente de 2012 foram estimados a partir da taxa de crescimento real verificada para os oito primeiros meses do ano (janeiro a outubro) sobre o mesmo período do ano anterior.
Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP com base em dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

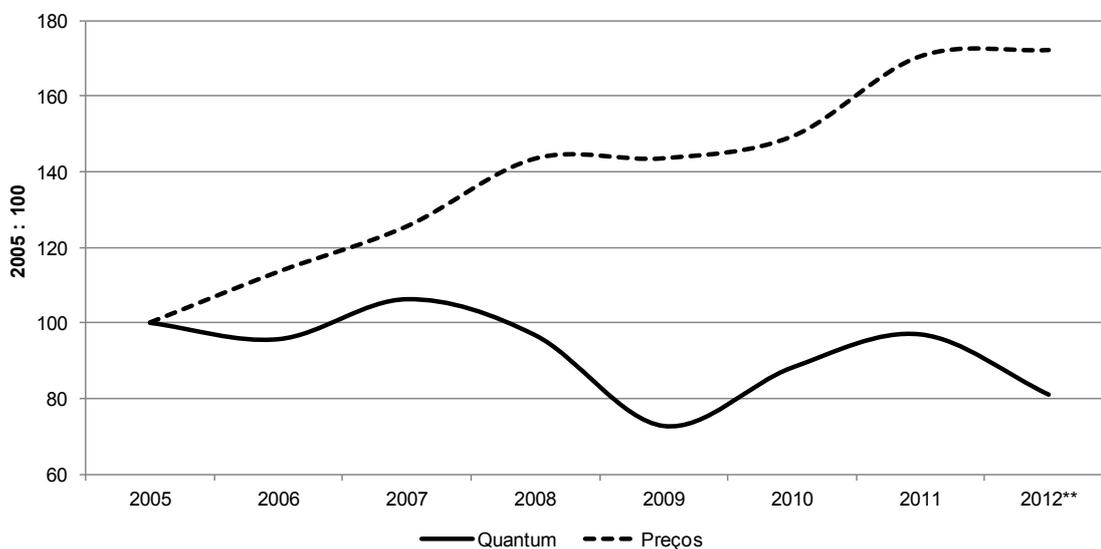
A fragilidade da posição externa do setor de máquinas e equipamentos brasileiro pode ser confirmada pela evolução do *quantum* e dos preços das exportações dos produtores brasileiros, que se mantém oposta à das importações brasileiras de máquinas e equipamentos (Gráfico 6). Ainda que não seja possível uma avaliação qualitativa das máquinas e equipamentos comercializados, verificou-se o forte aumento da quantidade importada do resto do mundo e a queda da quantidade exportada por produtores brasileiros. Ademais, os preços dos bens importados subiram ligeiramente (16,7% de 2005 a setembro de 2012) enquanto os preços do produto brasileiro exportado cresceram fortemente (72,2% no mesmo período).

A dinâmica dos preços desses pro-

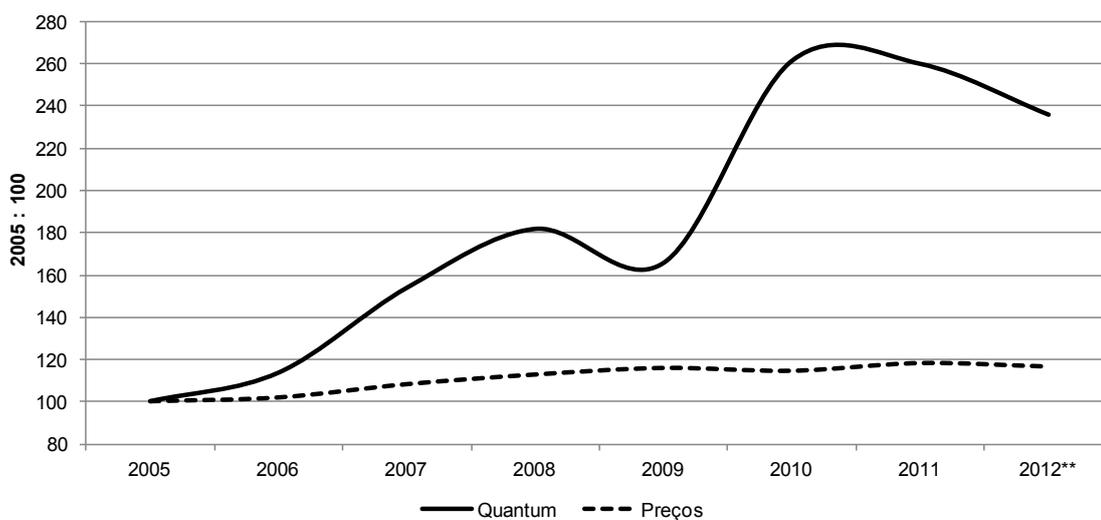
dutores, aliás, é algo a se investigar. Watanabe (2012a) assinala a recente elevação do preço médio dos bens de capital chineses comercializados internacionalmente – uma das grandes ameaças que se colocou ao longo dos anos 2000 para os produtores não apenas brasileiros, mas de todas as nacionalidades. Para uma discussão mais profunda, julga-se necessário investigar tanto a evolução qualitativa dos produtos fabricados naquele país quanto a trajetória dos preços. O preço médio dos produtos comercializados pelos chineses pode estar sendo afetado tanto por um eventual adensamento tecnológico dos produtos quanto pelos custos de produção local, mas seja como for, a desvantagem em preço do produto brasileiro ainda é grande, afetando, de forma evidente, sua competitividade.

Gráfico 6 – Comércio Externo Brasileiro de Máquinas e Equipamentos*:
 evolução do *quantum* e dos preços de importação e exportação
 (2005 a setembro de 2012 – 2005:100)

Exportações



Importações



* CNAE 28.

** janeiro a setembro de 2012.

Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP com base em dados FUNCEX.

Tal fato não está sendo observado sem reação pelo governo brasileiro, que, além de estimular a demanda em geral, tem adotado diversas medidas para capacitar os produtores locais a alcançar uma posição menos vulnerável no mercado local, e mesmo para potencializar as exportações.

Deve-se destacar, ainda, o recente realinhamento dos preços macroeconômicos. A redução histórica das taxas de juros de referência brasileira (a SELIC)

tem favorecido a economia como um todo. O setor de máquinas e equipamentos brasileiro, tal como os demais, também tem se beneficiado da desvalorização do real. Além disso, dada a sua importância, foi contemplado ainda pelo prolongamento e pelas alterações realizadas no Programa de Sustentação de Investimentos (PSI), que passou a permitir que os demandantes daqueles produtos pudessem financiá-los em condições particularmente favoráveis.

O financiamento a máquinas e equipamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – que exige 60% de nacionalização do produto – passou a ser realizado com juros reais negativos desde agosto de 2012 – com nível nominal de 2,5% ao ano, com vigência, a priori, até dezembro de 2013.

O setor também foi contemplado com outras medidas: (i) a desoneração da folha de pagamento, que permitirá às empresas substituir o pagamento de 20% da folha por uma contribuição previdenciária, de 1% sobre o faturamento bruto; (ii) a redução do prazo para a “depreciação acelerada” de algumas máquinas e equipamentos (até dezembro de 2012); (iii) a reformulação da análise de concessão do ex-tarifário para máquinas e equipamentos.

A desoneração da folha de pagamento tem dois impactos importantes para o setor: alivia as contas das empresas em períodos de baixa atividade e promove certa isonomia com os produtos importados, já que a contribuição também incidirá sobre eles, enquanto o imposto sobre a folha de pagamentos penalizava apenas o produtor local. A redução de prazo para a depreciação permite aos demandantes de máquinas e equipamentos que uma parcela maior dos investimentos se torne dedutível do imposto de renda devido, liberando recursos para as empresas, que, potencialmente, podem tornar a investir.

O ex-tarifário é um benefício concedido ao importador de máquinas e equipamentos – sobre o produto sem similar nacional incidem alíquotas de imposto de importação reduzidas. Os produtores locais de máquinas e equipamentos brasileiros reclamavam dos artifícios dos importadores para receberem esse benefício mesmo quando a indústria nacional estava apta a produzir o bem em questão. Neste ano, o BNDES integrou-se ao processo para concessão do incentivo fiscal, auxiliando na avaliação de existência do similar nacional; e, passou-se a analisar a “composição de máquinas” ou sistemas integrados não mais como um único equipamento, mas segundo suas partes. Assim, quando

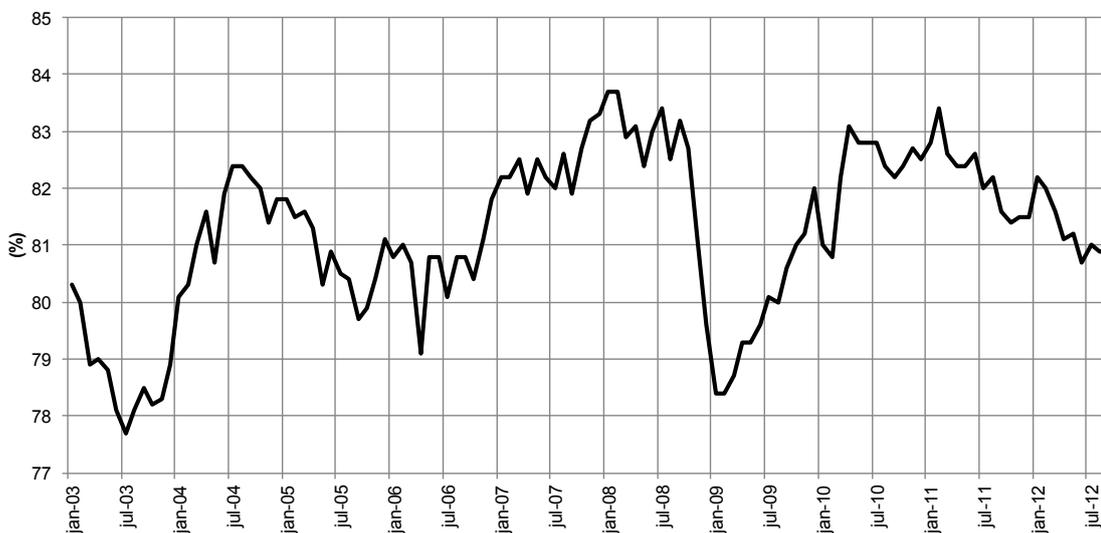
há uma parcela do conjunto passível de produção local, esta não obterá a redução tarifária. O setor será beneficiado ainda, tanto da ótica da demanda quanto da oferta, pela redução das tarifas de energia elétrica, prevista para 2013.

Dentro do panorama de especial atenção que o setor brasileiro de máquinas e equipamentos vem recebendo, entidades empresariais realizaram estudos para observar o custo do investimento no Brasil. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), as condições vigentes no país, de câmbio, juros e tributos, em março de 2010, levavam a um custo do investimento no Brasil (com máquinas e equipamentos aqui produzidos) 23,1% superior ao observado nos países avançados. Em julho de 2012, esse diferencial teria se reduzido para 4,3%⁷ (LAMUCCI, 2012), antes mesmo da nova rodada de redução das taxas cobradas no âmbito do PSI ou do anúncio de intenção de redução dos custos de energia. Ou seja, o custo do investimento, com máquinas e equipamentos produzidos internamente, tende a se tornar ainda mais favorável em futuro próximo.

Assim, verifica-se um conjunto importante de incentivos com vistas a instaurar um novo ciclo de investimentos na indústria brasileira, o que, todavia, ainda não se concretizou. Por um lado, observa-se que o grau de utilização da capacidade instalada da indústria brasileira atingiu seu pico no início de 2011 e, desde então, regrediu, não indicando um ciclo de investimentos (generalizado) no horizonte (Gráfico 7). Entendendo as consultas sobre novos financiamentos no BNDES como uma *proxy* das intenções de investimento, nota-se, por outro lado, uma retomada, sem dúvida tímida, dos investimentos industriais em futuro próximo (Gráfico 8).

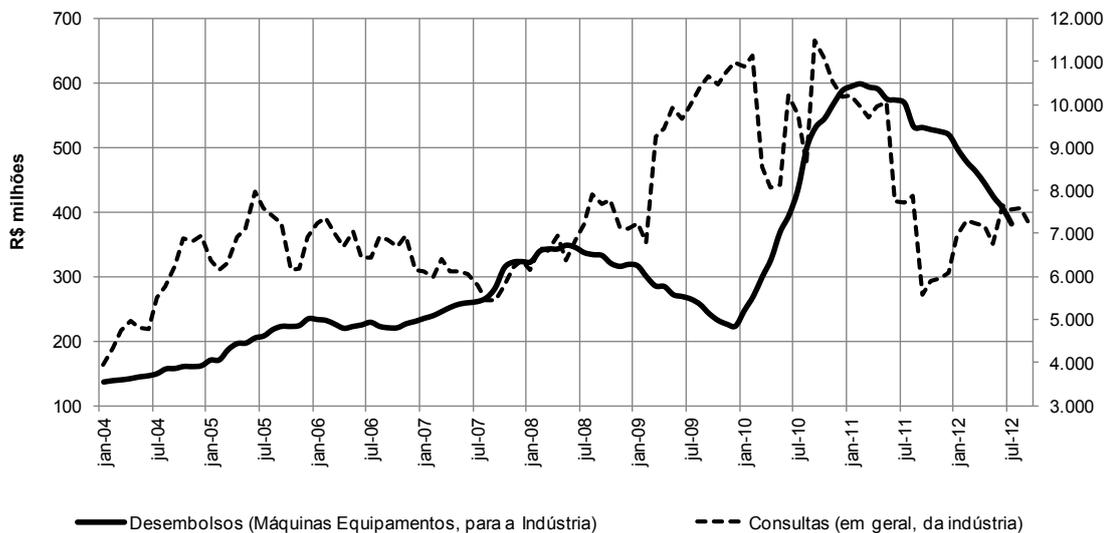
7. Sendo a principal queixa da entidade o tempo de ressarcimento do ICMS pelo investimento das empresas (48 meses).

Gráfico 7 – Utilização da Capacidade Instalada na Indústria Brasileira (2003 a setembro de 2012) (dados dessazonalizados em %)



Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP com base em dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Gráfico 8 – Consultas e Desembolso do BNDES para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos (jan/2004 a jul/2012) (média móvel 12 meses)

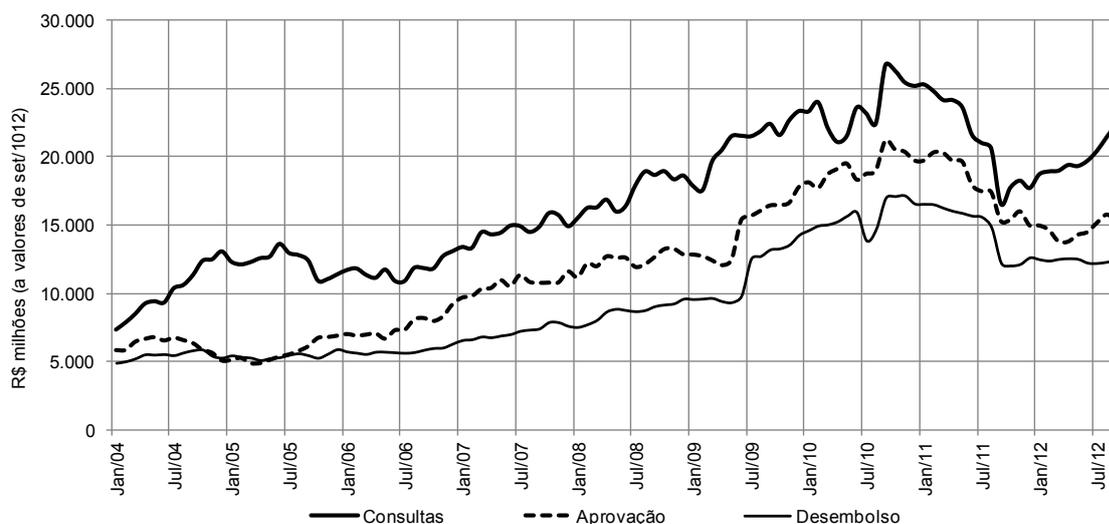


Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP com base em dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os dados de consulta, aprovação e desembolso do BNDES ao conjunto da economia, e em todas as suas linhas de financiamento, mostram que a situação de confiança do empresário foi se desgastando com o passar do tempo (Gráfico 9). A queda do número de consultas a novos financiamentos foi menos persistente e importante em 2009 do que a que vem se colocando desde o último trimestre de 2010.

A recuperação na margem, por outro lado, é um alento, porém, configura-se em uma indicação não muito segura de que o período de baixo nível de investimento esteja se encerrando. O movimento mais suave da evolução dos desembolsos do BNDES em relação às consultas, por sua vez, mostra a importante atuação dessa instituição na manutenção dos níveis de investimento no país.

Gráfico 9 – Consultas, Aprovação e Desembolsos do BNDES (jan/2004 a jul/2012) (média móvel 12 meses) (R\$ milhões de 2012 – IGP-di)



Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP com base em dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

É importante destacar, finalmente, que o conjunto de mudanças realizadas ao longo dos últimos períodos, tanto no cenário internacional quanto no contexto doméstico, tem resultado em um ambiente de certa turbulência, que dificulta a tomada de decisões de investimentos privados. No entanto, é fundamental destacar que o novo patamar de câmbio e juros deve trazer efeitos importantes sobre um grande conjunto de projetos de investimentos. Levará certo tempo a readequação de projetos a esse novo cenário de mudanças, mas, aliados aos incentivos já anunciados, devem resultar em um processo de retomada gradual dos investimentos.

A volta do crescimento da formação bruta de capital é fundamental para que o crescimento do consumo das famílias possa continuar robusto no longo prazo, assim como para elevar a produtividade

de do setor industrial, seja diretamente através da modernização e incorporação de progresso técnico, seja indiretamente através da modernização e aumento da qualidade da infraestrutura.

Redução de juros, câmbio em patamar mais desvalorizado, desoneração da folha de pagamentos, abertura de espaço para o investimento privado em área de infraestrutura e, finalmente, redução de custo de energia elétrica, devem mostrar-se fundamentais para mitigar os riscos importados do cenário internacional e convencer o setor empresarial a aproveitar as diversas oportunidades abertas no mercado doméstico. De maneira complementar, também será de fundamental importância acelerar a retomada do investimento público em áreas estratégicas para dar maior robustez ao crescimento dos investimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI)/NÚCLEO DE ECONOMIA INDUSTRIAL E DA TECNOLOGIA (NEIT)/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **Boletim de Conjuntura Industrial**. Março e Junho de 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (ANFAVEA). **Carta da Anfavea**, número 317, outubro de 2012.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEX). **Boletim de Comércio Exterior**. Vários números.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física** (PIM-PF).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais**. Contas Trimestrais.

LAMUCCI, S. Redução é mais expressiva para máquinas nacionais. **Valor Econômico**. São Paulo, 20/07/2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Estatísticas de Comércio Exterior**. Vários anos.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados** (CAGED).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). **Relatório Anual de Informações Sociais** (RAIS).

SANTOS, C. Juro baixo eleva procura por máquinas no BNDES. **Valor Econômico**. Rio de Janeiro, 27/09/2012.

WATANABE, M. Preços de bens importados da China aumentam acima da média. **Valor Econômico**. São Paulo, 14/05/2012a.

WATANABE, M. Apesar do câmbio, preço de importados cai. **Valor Econômico**. São Paulo, 11/12/2012b.